

EDITORIAL

Com os números 7 e 8, a *Oculum Ensaios* reafirma seu empenho de manter um espaço editorial comprometido com o avanço de conceitos e práticas em arquitetura e urbanismo. Assim, a presente edição oferece uma pluralidade de pontos de vista, colaborando, primordialmente, para a divulgação da cultura arquitetônico-urbanística. Em consequência, a indissociabilidade da teoria com a *praxis* visa o intercâmbio profícuo de experiências e ideias. Afinal, o que se deseja é favorecer a ampliação de ações voltadas ao cumprimento digno da função social de produzir o *habitat* humano. Dos objetos banais, cotidianos, às casas e cidades. E ainda mais. Com um compromisso silencioso, recôndito no ofício: fazê-lo de acordo a um sentido humano irresistível, o de perseguir a beleza.

No artigo *As naturezas sobrepostas de Berlim: impressões do caminhar*, Pedro Sória Castellano, com a colaboração de Denio Munia Benfatti, trabalha, exemplarmente, uma particularidade dessa cultura: o valor documental da leitura sensível do texto arquitetônico-urbanístico inscrito no espaço urbano. A descrição provém de um observador atento que não apenas surpreende-se, emocionado, com a cidade de Berlim. Em especial, resulta da análise pertinente de tempos e espaços presenciados, como também da indagação criteriosa sobre possíveis históricos.

Em vertente distinta, outra visão incluída na agenda contemporânea do fazer cidade é a experiência trazida por Maria Teresa Craveiro Pereira. À frente da Diretoria de

Planejamento Estratégico da Câmara de Lisboa, a geógrafa e urbanista fala de sua experiência em entrevista a Maria Amélia Devitte Ferreira D’Azevedo Leite – *O processo de planejamento estratégico em Lisboa: dilemas, desafios e resultados*. Em dois momentos elucidativos, o que marcou a realização da Expo 98, e, outro, mais recente, envolvendo dimensões locais, a entrevista possibilita uma reflexão teórica e empiricamente densa sobre um tema polêmico: o planejamento estratégico de cidades. *A arena cultural paulistana: um olhar sobre as condições de implementação do modernismo na São Paulo do início do século XX*, artigo de Marcos Antonio dos Santos, aborda algumas causas históricas da modernidade e do modernismo. No plano mundial e, no Brasil, no contexto paulistano.

No quadro das modernizações inaugurais da industrialização em São Paulo, os movimentos artísticos contextualizados pelo autor encerrariam raízes do fenômeno de metropolização sob a perspectiva de sua configuração cultural.

Anna Paula Silva Gouveia, Priscila Lena Farias, André Luiz Tavares Pereira e Haroldo Gallo assinam o texto que recupera um elemento pouco relevado na historiografia do espaço construído. Em *Epígrafes arquitetônicas: assinaturas dos arquitetos e construtores da cidade de São Paulo*, os autores resgatam um traço incomum da cultura arquitetônico-urbanística. Ao menos no Brasil, e como forma de resgatar o patrimônio e o trabalho de restauro arquitetônico, a publicização autoral da edificação ainda é uma fonte de pesquisa incipiente.

No artigo *A lógica espacial de John Ruskin* há uma síntese do complexo pensamento deste personagem emblemático do século XIX. Atualmente, quando a globalização aparece como fenômeno portador de fragmentações de toda espécie, a recuperação do sentido de totalidade tem, na obra de Ruskin, uma referência obrigatória. Não bastasse a constância de um humanismo radical presente na larga extensão de seu trabalho, ele é particularmente importante nos estudos de estética do projeto e na composição da forma arquitetônica. Tal é o sentido presente nesse artigo de autoria de Cláudio Silveira Amaral.

Maria Cecília Lucchese, no texto *O arquiteto e urbanista Harry Cole*, lembra, por sua vez, a presença da cultura arquitetônico-urbanística num período pioneiro do planejamento urbano no Brasil: o que se inaugura na vanguarda modernista dos anos 1960. Em diálogo com as correntes teórico-projetuais de sua época, e ao lado das realizações que colocaram o país na agenda mundial da arquitetura e do urbanismo, Harry James Cole é uma figura das mais influentes na montagem do sistema de planejamento urbano e regional brasileiro. A sua contribuição, como interlocutor privilegiado no período do “milagre brasileiro”, não está apenas relacionada à sua atuação na esfera da administração pública. Pode-se dizer que seu trabalho desagua na política urbana contemporânea no Brasil e, diante de fragmentações territoriais que se assistem hoje em dia, há mais um importante elemento a ser lembrado: a estrutura federativa do território como categoria a ser privilegiada no processo de planejamento urbano regional.

Ainda sob a perspectiva dos projetos hegemônicos da globalização, o significado econômico do patrimônio histórico das cidades, e em estreita relação com o mercado turís-

tico, é outro tema que deve despertar maior atenção. Por um lado, há um crescente interesse científico por essa linha de investigação, pelos impactos que tal problemática gera do ponto de vista urbanístico, ambiental, antropológico e, especialmente, social. De outro, há um contexto de vantagens econômicas que não pode ser ignorado em situações de carência.

Promovidos pelo mercado, em especial o turístico, os desdobramentos socioespaciais ligados à refuncionalização de paisagens detentoras de grande valor histórico e cultural são generalizados. No Brasil, assim como na América Latina, o dilema é o mesmo: oportunidade econômica *versus* justiça social. No caso cubano, Zoila J. Baños Rodríguez discute a questão em seu artigo intitulado *El turismo y los valores patrimoniales en el centro histórico de Santiago de Cuba*.

Sob outro mecanismo, mas gerando igualmente distorções no modo de vida de populações e comunidades, o mercado imobiliário é, por excelência, o fator preponderante na dinâmica de segregação socioespacial nas cidades. Assim como na situação anteriormente apresentada, também neste caso a justiça social na produção e apropriação do espaço urbano está em jogo.

Desenvolvido por Camila Moreno de Camargo, *Habitação coletiva popular na área central de Campinas (1980-2007): formas, usos e conflitos* é um trabalho de pesquisa que contribui na análise desse mecanismo de espoliação. Abordando dinâmicas e processos da conformação espacial de Campinas, e em sintonia com a dialética nem sempre linear centro-periferia, a autora contribui para explicar a urbanização recente dos grandes centros urbanos em São Paulo.

Complementarmente, *Paisagem revelada: possibilidades morfológicas nas favelas do Rio de Janeiro*, de autoria de Moema Falci Loures e Glauci Coelho, introduz um duplo desafio. Conceitual-interpretativo e, simultaneamente, prático – de projeto arquitetônico-urbanístico. O processo motor é o mesmo: a dinâmica de segregação socioespacial. É o princípio que explica a ocupação marginal na cidade.

No caso do Rio de Janeiro, a questão habitacional adquire uma dramaticidade ímpar. Quer pelo modo como a favelização afronta literalmente qualquer sentido que se queira dar à definição de irregularidade urbanística, quer pela criatividade do homem comum gerada em confronto com a lida cotidiana pela sobrevivência. Outras sociabilidades, outras factibilidades, outros olhares. As autoras convidam a perceber lógicas avessas às convencionais e, ainda que apenas no plano da indagação, a propor alternativas projetuais.

Aliás, e não é de hoje, a limitação é uma constante do projeto. Paradoxalmente, ultrapassá-la produz avanços e conquistas.

Nessa direção, a análise apresentada no artigo *O Estatuto da Cidade e os aspectos da participação na elaboração de planos diretores: a experiência de Maceió*, de Karina Rossana de Oliveira Menezes e Regina Dulce Barbosa Lins, discute um conjunto significativo de fatores que, por ora, espera-se, sejam tão somente limites temporários. Criado em 2001, o Estatuto

da Cidade trouxe um elenco formidável de oportunidades instrumentais para o exercício urbanístico, mas que ainda está longe de impregnar-se no dia a dia dos agentes sociais.

O amadurecimento do espírito democrático do gestor público, como também da ação participativa dos cidadãos, ocupa o centro das limitações apresentadas pela experiência de Maceió. Os movimentos são *interagentes* e só a prática social de todos os agentes envolvidos no processo de elaboração dos planos diretores poderá superar tal classe de limites.

Em contraponto, e como pálido exemplo de causas que impedem o avanço das conquistas sociais no campo da política fundiária e territorial no Brasil, o artigo de Tomás Moreira, *Áreas públicas: fontes de destinação social ou privada. Referências às novas políticas habitacionais brasileiras*, desenha o triste retrato de privilégios seculares que tanto distorcem os direitos à cidade. A caixa preta das áreas públicas no Brasil, trazida à luz pela análise do autor no município de São Paulo, escancara a malversação da coisa pública e até, por que não, o escárnio com que é tratado o interesse comum.

O mais perverso é a demonstração cabal de que as áreas públicas poderiam dar conta de um problema crônico das cidades brasileiras: habitação. Senão integralmente, a política habitacional se equacionaria em grande parte se a destinação social dessas áreas fosse priorizada ou, pelo menos, se estivesse sob fiscalização e controle dos diversos segmentos representativos da sociedade civil.

Nesse contexto, e encerrando essa publicação da *Oculum Ensaios*, *O direito à moradia no Brasil e no mundo* intitula a entrevista concedida por Raquel Rolnik a este editor. Empossada em junho de 2008 na relatoria especial da ONU para o Direito à Moradia, a arquiteta e urbanista foi categórica ao afirmar que vivemos uma crise civilizacional.

Quer por fatores relacionados ao domínio da política e dos interesses da economia hegemônica, quer por assimetrias sociais gigantescas, quer pela crise ambiental em que se encontra o mundo contemporâneo, o fato é que o recrudescimento dos problemas afeitos à moradia pode ser incluído no rol das pré-condições já criadas de outro período histórico.

Por fim, uma notícia. No XIII Seminário de Arquitetura Latinoamericana, ocorrido recentemente na cidade do Panamá, foi lançada a criação da Associação de Revistas Latinoamericanas de Arquitetura – ARLA. Portanto, há novos horizontes para se garantir o estreitamento do intercâmbio e da cooperação nos campos da arquitetura e do urbanismo na América Latina e no Caribe.

O mais importante. Também se ampliam as oportunidades de divulgação da cultura arquitetônico-urbanística e do que ela tem de melhor: seu espírito libertário.

Manoel Lemes da Silva Neto

São Paulo, 25 outubro 2009